

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.772.866 - PR (2020/0263881-3)

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
AGRAVANTE : LOURIVAL FIRMINO DA SILVA
AGRAVANTE : MARIA IRENE DE OLIVEIRA
AGRAVANTE : MILTON DOMINGOS
AGRAVANTE : MOISES FERREIRA DOS SANTOS
AGRAVANTE : MANUEL BENICIO DOS SANTOS
AGRAVANTE : OSVALDO DONIZETTI GALHERA FILHO
AGRAVANTE : PAULO STAFFEN
AGRAVANTE : ROSILDA JUSTINO PADOAM
ADVOGADOS : LOUISE RAINER PEREIRA GIONEDIS - PR008123
SANDRO RAFAEL BONATTO - PR022788
ISABELLA MARIA BIDART LIMA DO AMARAL -
PR054744
AGRAVADO : SUL AMERICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS
ADVOGADOS : MARCO AURELIO MELLO MOREIRA - RS035572
CARLA PINTO DA COSTA - RS061655
PAULO ANTONIO MULLER - PR067090
VALENTINA RABELLO NEVES - RS101118

DECISÃO

Cuida-se de agravo apresentado por MANUEL BENICIO DOS SANTOS e OUTROS contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre, fundamentado no artigo 105, inciso III, alínea "a" da CF/88, visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, assim resumido:

APELAÇÃO CÍVEL AÇÃO DE RESPONSABILIDADE
SECURITÁRIA SEGURO HABITACIONAL VÍCIOS
CONSTRUTIVOS LAUDO PERICIAL DEMONSTRANDO
A INEXISTÊNCIA DO RISCO DE DESMORONAMENTO
DOS IMÓVEIS AUSÊNCIA DE COBERTURA
SECURITÁRIA INEXISTÊNCIA DO DEVER DE
INDENIZAR SENTENÇA MANTIDA VERBA
HONORÁRIA MAJORAÇÃO EM GRAU RECURSAL
RECURSO DE APELAÇÃO DESPROVIDO 1 NÃO
CONSTATADO RISCO IMINENTE DE
DESMORONAMENTO DOS IMÓVEIS DEVE SER
MANTIDA A R SENTENÇA QUE AFASTOU A
RESPONSABILIZAÇÃO SECURITÁRIA 2
CONSIDERANDO O DESPROVIMENTO DO RECURSO
DE APELAÇÃO É DE SER MAJORADA A VERBA
HONORÁRIA NOS TERMOS DO ART85 §11 DO CPC

RESSALVADA NA SUA EXIGIBILIDADE A
GRATUIDADE PROCESSUAL DEFERIDA AOS
AUTORES/APELANTES

Alegam os recorrentes violação do art. 51, I, IV, XIII e § 1º, II, do CDC, afirmando ser devida a indenização por vícios construtivos, apresentando-se abusiva a cláusula contratual que exclui a cobertura securitária quando inexistente risco de desmoronamento do imóvel, trazendo os seguintes argumentos:

Em sendo de ordem pública as regras do CDC, com nítido interesse social (artigo 5º, inciso XXXII e 170, V, da CF/88), é dever declarar nulas as cláusulas reputadas abusivas. Assim sendo, e considerando que o seguro habitacional é obrigatório, típico contrato de adesão, a cláusula que restringe o dever de indenizar deve ser afastada ao julgamento do presente feito.

Assim, temos que o subitem 3.1 da cláusula 3 a (Riscos Cobertos) das Condições Particulares para os Riscos de Danos Físicos da Apólice do Seguro Habitacional, menciona a cobertura securitária para todos os riscos que possam afetar o imóvel, ocasionando as hipóteses de: incêndio; explosão, desmoronamento total; desmoronamento parcial, assim entendido a destruição ou desabamento de paredes, vigas ou outro elemento estrutural; ameaça de desmoronamento, devidamente comprovada; destelhamento e inundação ou alagamento. Ainda, da análise da cláusula 4' das Condições Particulares para os Riscos de Danos Físicos da Apólice, referente aos Riscos Excluídos, salta aos olhos que a hipótese de vício de construção não está incluída na referida cláusula de exclusão de cobertura. Portanto, em não havendo previsão expressa de exclusão da cobertura securitária dos danos provocados por vícios construtivos nos imóveis objetos do Seguro Habitacional, o contrato de seguro abrange tais vícios e, em decorrência lógica, obriga a seguradora na sua indenização.

Os eventos descritos nas alíneas "c", "d" e "e" da cláusula 3' (Riscos Cobertos) das Condições Particulares para os Riscos de Danos Físicos da Apólice do Seguro Habitacional, são decorrentes das falhas ou defeitos na execução da construção dos imóveis, ou seja, são consequências naturais e previsíveis dos vícios construtivos, cobertos pela apólice do seguro habitacional. (fls. 16091610).

Não é aceitável que, diante do descaso a que são relegados os mutuários do SFH, que estes venham a sofrer as consequências de um imóvel construído sem as precauções necessárias, podendo vir a ruir a qualquer momento, colocando em risco a integridade física de seus moradores. Repita-se, novamente, que os danos físicos encontrados nos imóveis dos Recorrentes são de natureza progressiva e contínua, incidentes sobre os elementos estruturais,

razão pela qual a evolução dos mesmos, associado a péssima qualidade do material empregado na construção, encaminha suas estruturas ao risco de desmoronamento.

Por evidente, o sinistro de ameaça de desmoronamento sempre estará caracterizado quando os danos existentes nos imóveis tiverem caráter progressivo e forem insanáveis por serviços de manutenção comum, eis que a característica evolutiva dos mesmos traz a certeza da destruição do imóvel, que acontecerá no decurso do tempo. Ora, a questão interpretativa aqui versada restringe-se à correta qualificação jurídica do fato relativo a cobertura de danos físicos em face do ordenamento vigente. (fls. 1613).

Não há que se falar em exclusão da ameaça de desmoronamento causado por vícios construtivos. E mesmo que assim estivesse previsto, revelar-se-ia abusiva a cláusula, pois sua aplicação estaria a restringir direitos ou obrigações fundamentais inerentes à própria natureza do contrato de seguro de imóvel que visa a resguardar a garantia última do financiamento concedido, o próprio imóvel. Destarte, o estado precário dos imóveis dos Recorrentes com relação às parcas condições de habitabilidade é tanto ou mais grave que o risco de desmoronamento, que se não é presente, é provável no futuro, em decorrência da natureza progressiva dos vícios construtivos existentes, razão pela qual os mesmos devem ser reparados imediatamente. (fls. 1614).

É, no essencial, o relatório. Decido.

Na espécie, o Tribunal de origem se manifestou nos seguintes termos:

Contudo, embora a seguradora possa ser responsabilizada pelos danos advindos de vícios de construção, estes estão limitados às hipóteses das alíneas do item 3.1, assim apenas os vícios construtivos que acarretem o desmoronamento total ou parcial dos imóveis ou a ameaça devidamente comprovada de desabamento, estão acobertados pelo seguro.

Na espécie, a Perita Judicial se dirigiu ao Conjunto Habitacional Flamingos III (Arapongas/PR), onde se localizam as residências dos 08 (oito) autores, com uso predominantemente residencial, unidades térreas, de padrão popular, com idade de 25 (vinte e cinco) anos, adquiridas da Companhia de Habitação de Londrina – COHAB/LD. A perícia se iniciou em 11/08/17 – (laudo, seq.85).

Ao apresentar “considerações finais”, consignou a “expert” que os danos encontrados decorrem de vícios de construção, com característica progressiva, contudo, não constatou a ocorrência de desmoronamento (parcial ou total), tampouco sua ameaça imediata. Confira-se: (...) (fl. 1510)

Desta forma, embora exista a necessidade de reparos nos imóveis, não há risco de desabamento/desmoronamento atual e iminente, o que afasta a responsabilização securitária. (...) (fl. 1510)

Vale destacar que, não obstante a aplicabilidade do Código de Defesa do Consumidor, as cláusulas contratuais não se mostram dúbias a ponto de possibilitar conclusão diversa daquela acima exposta, como pretende a parte apelante.

Há de se notar que a indenização securitária não se confunde com eventual indenização por danos existentes na construção do imóvel, devendo esta ser buscada perante o responsável pela sua construção.

Assim, não constatado risco iminente de desmoronamento dos imóveis das apelantes, deve ser mantida a r. sentença que afastou a responsabilização securitária. (fl. 1511)

Assim, incidem os óbices das Súmulas n. 5 e 7 do STJ, uma vez que a pretensão recursal demanda reexame de cláusulas contratuais e reexame do acervo fático-probatório juntado aos autos.

Portanto, “a pretensão de alterar tal entendimento, considerando as circunstâncias do caso concreto, demandaria o revolvimento de matéria fático-probatória e reanálise de cláusulas contratuais, o que é inviável em sede de recurso especial, conforme dispõem as Súmulas 5 e 7, ambas do STJ”. (AgInt no AREsp 1.227.134/SP, relator Ministro Raul Araújo, Quarta Turma, DJe de 9/10/2019.)

Confirmam-se ainda os seguintes julgados: AgInt no REsp 1.716.876/SP, relator Ministro Paulo de Tarso Sanseverino, Terceira Turma, DJe de 3/10/2019; AgInt no AREsp 1.165.518/DF, relator Ministro Marco Buzzi, Quarta Turma, DJe de 4/10/2019; AgInt no AREsp 481.971/DF, relator Ministro Gurgel de Faria, Primeira Turma, DJe de 25/9/2019; AgInt no REsp 1.815.585/DF, relator Ministro Sérgio Kukina, Primeira Turma, DJe de 23/9/2019; e AgInt no AREsp 1.480.197/MG, relatora Ministra Assusete Magalhães, Segunda Turma, DJe de 25/9/2019.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, majoro os honorários de advogado em desfavor da parte recorrente em 15% sobre o valor já arbitrado nas instâncias de origem, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2º e 3º do referido dispositivo legal, bem como eventual concessão de justiça gratuita.

Superior Tribunal de Justiça

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente